



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
LINDOLFO COLLOR

OFÍCIO N° 053/2026

Lindolfo Collor, 1 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Gaspar Behne
Prefeito Municipal
Lindolfo Collor/RS

Assunto: Pedidos de Informação – Sessão do dia 31/03.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informamos Vossa Excelência que em **Sessão do dia 31 de março de 2026**, foram solicitadas pelos Vereadores algumas informações as quais encaminhamos abaixo:

LAÍS HEINLE

PEDIDO 01: Solicita ao Poder Executivo Municipal informações sobre o andamento da elaboração do mapeamento e da instalação das paradas de ônibus ao longo do município bem como previsão para execução das referidas melhorias.

MÁRCIO CARDOSO

PEDIDO 01: Reforçando meu pedido feito anteriormente e encaminhado ao Executivo Municipal, para que informe o valor aproximado para a perfuração de um poço no Bairro Capivarinha, com o objetivo de avaliar a viabilidade de atender a demanda da comunidade local.

Convém lembra-lhe o que consta em nossa Lei Orgânica Municipal que transcrevemos abaixo:

“Art. 26. A Mesa da Câmara poderá solicitar informações, ao Prefeito Municipal, Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, sobre assuntos referentes à administração, dentro das seguintes condições:

I – é fixado em 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento do pedido de informações, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
LINDOLFO COLLOR

direta e indireta do município atendam ao solicitado e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara de Vereadores;

II – o período fixado anteriormente, poderá ser prorrogado, por mais 15 (quinze) dias, uma vez que isto seja solicitado, com as devidas justificativas, passando a vigorar este novo prazo, igualmente, na data

em que a prorrogação for comunicada ao solicitante;

III – o não atendimento às solicitações dentro dos prazos estabelecidos, ou o não cumprimento às regras estabelecidas, faculta, ao Presidente da Câmara de Vereadores, na conformidade da legislação vigente, solicitar a intervenção do Judiciário para fazer cumprir os preceitos legais;

IV – importará em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo previsto anteriormente, bem como a prestação de informação falsa.”

Atenciosamente,

MÁRCIO CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

CMLC/EVS